

O presente número convida-nos à reflexão, pelo rigor e pluralidade dos artigos publicados, sobre o importante e notável trabalho que é desenvolvido em Portugal em prol da melhoria dos cuidados em saúde mental da infância e adolescência.

Da área clínica as colegas Filipa Moreira e Vânia Miranda desenvolvem o tema da depressão na primeira infância, a partir do estudo de um caso clínico.

A psicóloga e investigadora Marta Pedreira apresenta-nos o resultado da sua investigação sobre a avaliação da eficácia de uma modalidade de intervenção psicoterapêutica em grupo com adolescentes. Este artigo espelha bem a necessidade da articulação entre a academia e a clínica. A eficácia das intervenções em saúde mental carece ainda de uma sustentação científica mais robusta, por forma não só a uma melhoria na eficácia terapêutica mas também para reforçar, junto dos órgãos de poder decisivo, as reais necessidades dos serviços para exercerem uma boa prática no tratamento de crianças e adolescentes com dificuldades emocionais. Nesta linha, a psicomotricista Katherine Figueira escreve sobre a importância da psicomotricidade numa equipa de saúde mental da infância e da adolescência, apresentando-nos um trabalho de casuística das consultas de psicomotricidade e integrando com a conceptualização teórica sobre os fundamentos da psicomotricidade.

Os restantes quatro artigos que constituem este número abordam a questão da utilização de psicofármacos na infância e adolescência, tema que tem suscitado acessos debates não só na comunidade científica mas também na sociedade em geral. Em Portugal tem-se assistido nos últimos anos ao aumento crescente do recurso às intervenções psicofarmacológicas. Importa, pois, um olhar mais aprofundado sobre o seu significado de uma forma mais ampla, o qual tem necessariamente que envolver diferentes áreas do conhecimento científico. Este

número contribui, assim, com a reflexão e a experiência dos profissionais da saúde mental que diariamente trabalham com as crianças, adolescentes, suas famílias e estruturas da comunidade. As colegas Patrícia Mendes, Filipa Moreira, Maria Fonseca e Luísa Morais apresentam o resultado de um estudo, através da aplicação de um questionário, sobre a percepção parental do estigma em relação à doença mental e à utilização de psicofármacos. Noutro contexto institucional, o Programa Nacional para a Saúde Mental da Direção Geral da Saúde, com a colaboração do Programa de Saúde Infantil e Juvenil, criou um Grupo de Trabalho constituído por profissionais de saúde especializados com representação nacional e multidisciplinar, nas disciplinas de Psiquiatria da Infância e Adolescência, Pediatria e Neuropediatria, Psicologia Clínica e Enfermagem, com o objetivo de aferir a utilização do uso de psicofármacos em idade pediátrica. Deste trabalho conjunto resultam para este número da Revista três artigos, um referente aos resultados de um inquérito efetuado aos Pedopsiquiatras sobre a utilização de psicofármacos e dois artigos de revisão sobre os temas da depressão e da perturbação de hiperactividade com défice da atenção.

Finalizo este editorial desejando à nova Diretora da Revista, Dr^a Paula Freitas, os maiores sucessos nesta missão de continuidade deste grande projecto nacional que é a Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria.

Pedro Pires
Lisboa, 19 de agosto de 2017